

CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

17

Ἰσχυροὶ καὶ ἀγαθοὶ ἄνθρωποι
καὶ ἀγαθὰ ἔργα ποιῶντες
ΜΗΝΙΝ ΛΕΙΔΕ ΘΕΑ ΠΗΛΗΙΑΔΕΩ

Trata-se de uma obra com um alcance pedagógico deveras útil, sobretudo para os que tencionam aprender a complexa escrita hieroglífica usada no antigo Egipto (neste caso o egípcio clássico, que depois continuaria pelos séculos seguintes), em especial os alunos que na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa frequentam a cadeira de Escrita Hieroglífica oferecida pelo Departamento de História desde há alguns anos.

Luís Manuel de Araújo

CHRISTIAN JACQ, *Viagem ao Egipto dos Faraós*, Porto: Edições ASA, 2006, 220 pp.. ISBN 972-41-4574-3

O incansável egiptólogo Christian Jacq, tendo descoberto que lhe dá muito mais lucro publicar romances históricos que dar aulas, tem produzido nos últimos anos vários textos que são do agrado do público em geral e das editoras em particular, que vêem nos temas relacionados com o antigo Egipto um filão inesgotável. Uma vez por outra, Jacq deixa o romance e decide publicar textos de outro tipo como o que aqui apreciamos - «uma iniciação ao universo egípcio através das suas grandes criações», como se anuncia na capa do volume, graficamente bem elaborada.

A obra corresponde a um percurso, já que é uma viagem pelo Egipto, com laivos de topografia cultural, de norte para sul, partindo de Tānis até Abu Simbel. Abre com um mapa do Egipto (p. 10), seguindo-se a Introdução (pp. 11-17), que inclui um resumo histórico, a evocação da instituição faraónica, os deuses, o templo egípcio, a arte, e o anúncio do itinerário que no livro se vai percorrer. E é aqui precisamente que se colhe a finalidade do autor: «Nesta pequena obra, que não tem outro fim senão o de ajudar o viajante a levar a cabo uma descoberta inicial do universo egípcio, limitei-me a alguns pontos de referência tentando evocar a alma dos sítios mais importantes e as suas principais características» (p. 17).

Segue-se o quadro geográfico (p. 18), o rio Nilo (pp. 19-20), Tānis e a nostalgia do Delta (pp. 21-24), um «sítio» inesgotável: o Museu do Cairo (pp. 25-27), Mênfis, a desaparecida, e a serenidade de Ramsés (pp. 28-30), Guiza ou a região da luz (pp. 30-43), onde se dá destaque à Esfinge como «guardiã da luz», ao significado e função das pirâmides, com descrição da Grande Pirâmide de Khufu, a pirâmide e templo de Khafré, e a mais modesta pirâmide de Menkauré, sintetizando-se

a visita ao planalto de Guiza em «três pirâmides, três percursos». Vem depois Abusir ou «as pirâmides dos filhos do sol (pp. 44-47), Sakara, com a sua pirâmide em degraus feita para Netjerikhet Djoser (pp. 48-54), as «pirâmides falantes» de Sakara, isto é, as que tem gravados no seu interior os «Textos das Pirâmides» (pp. 55-58), o mundo encantado das mastabas de Sakara (pp. 59-61), o Serapeum de Sakara ou a eternidade dos touros sagrados (pp. 62-63), Dahchur ou a dualidade criadora, onde se erguem as pirâmides de Seneferu, entre outras (pp. 64-67), e Meidum, «a morada do princípio criador», ou seja, o deus Atum (pp. 68-70).

Seguindo mais para sul, damos um passeio pelo Faium (pp. 71-73), com uma peregrinação no Médio Egito, de Beni Hassan a Amarna, a antiga Akhetaton (pp. 74-77), até chegarmos a Abido, o reino de Osíris, onde se visita o grande templo de Seti I, o cenotáfio ou templo secreto de Osíris, e o templo de Ramsés (pp. 78-84), depois vem Dendera, o domínio da deusa do amor, a deusa Hathor (pp. 85-91), e por fim a antiga Uaset, que os Gregos chamaram Tebas, e hoje é Lucsor. Aqui há muito para ver, mas infelizmente os habituais circuitos turísticos apenas concedem aos visitantes pouco mais que um dia. A zona inclui, em Lucsor Oriental, o imenso templo de Karnak, com os seus dois eixos, o grande templo de Amon, o templo de Mut a sul, o templo de Montu a norte, e os pequenos templos de Ptah e de Khonsu, entre outros, depois seguimos para o harmonioso templo de Lucsor, visto como «a festa divinizada e o templo de ka» (pp. 107-111), impondo-se ainda uma visita ao museu de Lucsor (pp. 112-113). Na margem contrária, Lucsor Ocidental oferece novas maravilhas: o templo de Seti I em Gurna (pp. 114-116), os chamados «colossos de Memnon» (pp. 117-118), Deir el-Bahari, com o espectacular templo de eternidade da rainha-faraó Hatchepsut (pp. 119-125), sendo a propósito evocados os esconderijos de Deir el-Bahari (p. 126). Segue-se o Ramesseum, gigante destroçado (pp. 127-129), Medinet Habu, a cidade-templo de Ramsés III (pp. 130-135), um mapa da necrópole tebana (p. 138) anunciando o Vale dos Reis (pp. 139-147), o Vale das Rainhas (pp. 148-150), os chamados «vales dos Nobres» (pp. 151-158) e Deir el-Medina, a «praça da verdade», assim traduzido, literalmente, do francês, mas devia ser «Lugar de Verdade» (do egípcio Set-Maet) (pp. 159-162).

Saindo da região tebana e continuando para sul atingimos o templo de Esna e os «segredos da criação» (pp. 163-166), depois vem El-Kab, o domínio da deusa abutre Nekhbet (pp. 167-168), o templo de Edfu ou o poder total de Hórus (pp. 169-178), o templo de Kom Ombo, aliança do falcão de Hórus e do crocodilo de Sobek (pp. 177-181),

Assuão e as nascentes simbólicas do Nilo (pp. 182-185), ficando perto a bela e inesquecível ilha de Fila-Agilkia com o santuário de Ísis (pp. 186-190).

Encetamos depois a viagem na Núbia, de Assuão a Abu Simbel, passando numa primeira etapa por Kalabcha, Beit el-Uali e Kertassi, numa segunda etapa por Uadi es-Sebuá, Dakka e Maharraqa, numa terceira etapa por Amada, Derr, e numa quarta etapa por Kasr Ibrim (pp. 191-195), até alcançar Abu Simbel, uma «celebração do casamento sagrado» nos seus dois templos rupestres que foram deslocados do sítio original, sendo um dedicado a Ré-Horakhti e ao próprio Ramsés II e outro a Hathor e a Nefertari (pp. 196-204).

A obra remata com os Anexos, que incluem uma cronologia (pp. 207-208), informações para identificar algumas divindades, com as respectivas imagens (pp. 209-213), uma lista com os nomes dos principais reis dentro das respectivas carteias (aqui chamadas «cartuchos») (pp. 214-216), um glossário de termos técnicos, onde alguns enganam o leitor em vez de o elucidar (pp. 217-218), e a bibliografia sumária (p. 219).

A editora portuguesa entregou o trabalho de tradução a Marcelo Correia Ribeiro, o qual, em muitos casos, não teve o cuidado de adaptar para a versão portuguesa as formas onomásticas relativas a reis, deuses e localidades, que acabaram por ficar como vinham no original francês. O texto final não teve qualquer revisão científica, pelo que as anomalias são abundantes.

É estranho que a editora tenha optado, e muito bem, por nomes na sua forma egípcia, como Khufu, Khafré e Menkauré (em lugar das formas gregas de Queops, Quefren e Miquerinos, cada vez menos usadas), Amenemhat, Tutmés ou Amen-hotep, mas tenha mantido a forma helenizada de Sesóstris em lugar de Senuseret.

Nota-se a falta de acentos em Heliópolis e Hermópolis; há palavras que deviam ir em redondo, pois são substantivos próprios, e surgem aqui inusitadamente em itálico, como Duat (um sítio do Além), e as estações do ano Akhet, Peret e Chemu; por outro lado, há palavras que deviam ir em itálico como *serdab* (p. 218), *udjat* (p. 196), *uraeus* (p. 197).

Como é bem sabido, as grandes épocas históricas devem ser grafadas com inicial maiúscula, e isso nem sempre sucede nesta obra. Os nomes de povos também se grafam com inicial maiúscula, como devia ser o caso de Povos do Mar (p. 103). Pelo contrário, há uma série de palavras que surgem abusivamente com inicial maiúscula, como os títulos de «grande esposa real» e «adoradoras divinas»,

entre outros. A este propósito conviria saber que os pontos cardeais escrevem-se com inicial minúscula ao contrário do que aqui se vê.

O demasiado seguidismo do original francês patenteia-se, lamentavelmente, na tradução de «praça» (*placé*) em vez de lugar, «Novo Império» em vez de Império Novo como se usa no nosso país, ou chamar à deusa Hathor a «patroa do céu» (!! em vez de «senhora do céu» (p. 91), ou ainda aludir a Osíris como «mestre da eternidade» (p. 97) em lugar de «senhor da eternidade».

O piramidión, bloco piramidal que encimava pirâmides e obeliscos aparece de forma insólita como «piramidona» (p. 37), a famosa Enéade de Heliópolis vem como «Eneida» (p. 20), e não são as «trindades» de Menkauré mas sim as tríades (grupos escultóricos que datam do reinado desses monarca). Registe-se que é costume traduzir-se a expressão egípcia de *leneb-hedj* por «Muro branco» (aludindo à cidade de Mênfis) e não como «parede branca» como surge na p. 28.

O deus Tot vem como Toot (p. 109), a rainha Mutemuia é aqui Mu-em-uia (p. 112), a famosa rainha Hatchepsut não era a «Primeira dos Nobres» (p. 119), mas sim a «primeira das nobres damas», ela reinou mais de vinte anos entre 1484 e 1462 (e não 1498-1483), e o seu preñóme não era «Maet-ka-ra (p. 122) mas sim Maatkaré. Melhor do que os imprecisos «vasos canopos» da p. 40 ficariam os vasos de vísceras, para melhor se identificar esses recipientes funerários; é descabido designar o santuário recôndito dos templos egípcios pela expressão hebraizante de «santo dos santos»; e os templos funerários dos reis do Império Novo chamavam-se «templos de milhões de anos» e não «templos com milhões de anos» (p. 114).

Acrescente-se ainda que a Época Baixa não começou «em 672 a. C.», como se diz na p. 13, mas sim em 664 a. C., e ela inclui o período saíta e não a «época saíta». Além disso, é melhor Áccio que Actium (p. 13), Piankhy (pp. 182 e 191) é um antigo nome dado ao rei da XXV que hoje é conhecido preferentemente por Pie, sendo de lamentar que na p. 39 as legendas das gravuras referentes ao templo baixo de Khafré e à sua pirâmide estejam trocadas.

Como é típico de obras como esta, que não foram objecto de uma cuidadosa e necessária revisão, cá aparece a velha e desusada forma de Rá (?) para aludir ao deus solar Ré, ou o horroroso «cartucho» para designar as cartelas onde se inscreviam os nomes dos faraós.

Luís Manuel de Araújo